



ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGA

16-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. A NOB/SUAS (2012) estabelece que o órgão gestor da política tem como responsabilidade a elaboração do Plano de Assistência Social, cuja estrutura é composta por, entre outros:

A) I. diagnóstico socioterritorial; II. objetivos gerais e específicos; III. diretrizes e prioridades deliberadas; IV. ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V. metas estabelecidas; VI. resultados e impactos esperados; VII. recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII. mecanismos e fontes de financiamento; IX. cobertura da rede prestadora de serviços; X. indicadores de monitoramento e avaliação; XI. espaço temporal de execução.

B) I. diagnóstico socioterritorial; II. objetivos gerais e específicos; III. diretrizes e prioridades deliberadas; IV. ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V. metas estabelecidas; VI. resultados e impactos esperados; VII. recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII. mecanismos e fontes de financiamento; IX. cobertura da rede prestadora de serviços; X. indicadores de monitoramento e avaliação;

C) I. objetivos gerais e específicos; II. diretrizes e prioridades deliberadas; III. ações e estratégias correspondentes para sua implementação; IV. metas estabelecidas; V. resultados e impactos esperados; VI. recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VII. mecanismos e fontes de financiamento; VIII. cobertura da rede prestadora de serviços; IX. indicadores de monitoramento e avaliação;

D) I. diagnóstico socioterritorial; II. objetivos gerais e específicos; III. diretrizes e prioridades deliberadas; IV. ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V. metas estabelecidas; VI. resultados e impactos esperados; VII. mecanismos e fontes de financiamento; VIII. cobertura da rede prestadora de serviços; IX. indicadores de monitoramento e avaliação; X. espaço temporal de execução.

17-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. As categorias de nível superior, que devem compor obrigatoriamente as equipes de referência, reconhecidas pela NOB-RH/SUAS e ratificadas pela Resolução CNAS n° 17/2011 são:

1. Proteção Social Básica: • Assistente Social • Psicólogo

2. Proteção Social Especial de Média complexidade: • Assistente Social • Psicólogo • Advogado

3. Proteção Social Especial de Alta Complexidade: • Assistente Social • psicólogo

Assinale a alternativa correta:

A) 1, 2, 3

B) 1, 2

C) 1, 3

D) 2, 3

18-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. Os profissionais de nível superior que integram as equipes de referência e a gestão do SUAS deverão possuir:

A) Diploma de curso de graduação emitido por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC.

B) Registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver.

C) Diploma de curso de graduação emitido por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC e Registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver.

D) Diploma de curso de graduação emitido por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC, Registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver e Pós-Graduação.

19-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. Como ocupações profissionais com ensino médio completo que desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS, reconhece:

A) Educador Social; • Orientador Social.

B) Educador Social; • Orientador Social; • Cuidador Social.

C) Orientador Social; • Cuidador Social.

D) Educador Social; • Cuidador Social.

20-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é composto por:

A) Profissional de referência do PAIF/CRAS de nível superior e Profissionais com ensino médio completo Educador social e, ou, Orientador social.

B) Profissionais com ensino médio completo Educador social e, ou, Orientador social (Conforme Resolução CNAS n° 09/2014).

C) Profissionais do Órgão Gestor, e profissionais com ensino médio completo Educador social e, ou, Orientador social (Conforme Resolução CNAS n° 09/2014).

D) Profissional de referência do PAIF/CRAS de nível superior e Profissionais com ensino médio completo Educador social e, ou, Orientador social e Cuidador social.

21- O Caderno de Orientações- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.Artefunda necessária na Proteção Social Básica, usa 3 termos que definem o PAIF:

A) "prevenir", "promover" e "favorecer"

B) "fortalecer", "prevenir" e "prometer"

C) "fortalecer", "prevenir" e "promover"

D) "promover", "persistir" e "promover"

22-No caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF – Trabalho com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, Vol. 2., são ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF:

a) Acolhida; • Oficinas com Famílias; • Ações Comunitárias; • Ações Particularizadas; • Encaminhamentos.

b) Acolhida; • Oficinas com Famílias; • Ações Sociais; • Ações Particularizadas; • Encaminhamentos.

c) Acolhida; • Atendimento Social; • Reunião; • Ações Particularizadas; • Encaminhamentos.

d) Acolhida; • Oficinas e Cursos; • Ações Comunitárias; • Ações Particularizadas;

23-No caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF – Trabalho com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, Vol. 2., no trabalho social com famílias no âmbito do PAIF, o acompanhamento familiar é um conjunto de intervenções desenvolvidas com uma ou mais famílias, de forma continuada, com objetivos estabelecidos, que pressupõe:

a) Plano de Acompanhamento Familiar • Mediações • Inserção em ações do PAIF • Alcance gradativo de aquisições

b) Mediações Periódicas • Inserção em ações do PAIF • Alcance gradativo de aquisições e superação das vulnerabilidades vivenciadas

c) Plano de Acompanhamento Familiar • Mediações Periódicas • Inserção em ações do PAIF • Alcance gradativo de aquisições e superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas

d) Plano de Acompanhamento Familiar • Mediações Alternativas • Inserção em ações do PAIF • Alcance gradativo de aquisições e superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas

24-O guia de Orientações Técnicas para Elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento, resalta o Art. 101 do ECA, § 6º incisos I a III. Devem constar do PIA, dentre outras informações:

a) I – Resultados da avaliação do técnico: com informações do estudo diagnóstico prévio que subsidiou a aplicação da medida protetiva de acolhimento; II – Os compromissos assumidos pelos pais ou responsável: tendo em vista o trabalho com as possibilidades de retomada do convívio familiar; III – a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsáveis, visando a reintegração familiar ou, esgotada estas possibilidades, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária.

b) I – Resultados da avaliação interdisciplinar: com informações do estudo diagnóstico prévio que subsidiou a aplicação da medida protetiva de acolhimento; II – Os compromissos assumidos pelos pais ou responsável: tendo em vista o trabalho com as possibilidades de retomada do convívio familiar; III – a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsáveis, visando a reintegração familiar ou, esgotada estas possibilidades, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária.

c) I – Resultados da medida protetiva de acolhimento; II – Os compromissos assumidos pelos pais ou responsável: tendo em vista o trabalho com as possibilidades de retomada do convívio familiar; III – a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsáveis, visando a reintegração familiar ou, esgotada estas possibilidades, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária.

d) I – Resultados da avaliação interdisciplinar: com informações do estudo diagnóstico prévio que subsidiou a aplicação da medida protetiva de acolhimento; II – Os compromissos assumidos pelos pais ou responsável: tendo em vista o trabalho com as possibilidades de retomada do convívio familiar.

25-No caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF – O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. 1., cita que segundo a Tipificação, o PAIF visa atender, em especial:

a) Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais; Famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivem em situações de vulnerabilidade e risco social. Especificando: Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais.

b) Famílias beneficiárias do programa Bolsa Família; Famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de pobreza em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; Famílias com pessoas que recebem BPC. Especificando: Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais.

c) Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais; Famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas somente as que foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivem em situações de vulnerabilidade e risco social. Especificando: Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais.

d) Famílias beneficiárias do programa social Bolsa Família; Famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivem em situações de vulnerabilidade e risco social. Especificando: Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais.

26- O trabalho social com famílias é uma prática profissional apoiada em saber científico, que para ser efetiva, NÃO depende:

a) de consciência crítica e espírito pesquisador por parte dos profissionais do CRAS;

b) do desenvolvimento de uma prática interdisciplinar entre os profissionais que compõem a equipe de referência do CRAS: assistentes sociais e psicólogos;

c) da promoção da participação dos usuários no planejamento e avaliação das ações do Serviço;

d) práticas do senso comum, que sem nenhum tipo de contestação ou indagação, tornam-se crenças imutáveis, que reproduzem ideias carregadas de preconceitos, culpabilizam as famílias por sua situação social e mantêm o status quo, impossibilitando movimentos de transformação da realidade.

27-Qual instrumento de planejamento que orienta e sistematiza o trabalho a ser desenvolvido com cada criança e adolescente e suas famílias, em articulação com os demais serviços, projetos e programas da rede local, durante o período de acolhimento e após o desligamento do serviço:

a) PIA – Plano Institucional de Acolhimento

b) PIA – Plano Individual de Atendimento

c) PIA – População em Idade Ativa

d) PAEFI – Programa de Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos

28-Qual o impacto social esperado no âmbito familiar, em relação às expectativas que extrapolam as aquisições das famílias e seus membros, caminhando para melhorias de indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais:

a) Aumento da capacidade de organização, participação e atuação das famílias nos territórios, por meio do desenvolvimento de ações que possibilitem: fortalecimento do protagonismo e da autonomia dos membros da família; desenvolvimento da participação social; vínculos comunitários e da solidariedade fortalecidos; aumento do conhecimento sobre direitos; aumento do exercício dos direitos pelos membros das famílias.

b) Fortalecimento da função protetiva da família e prevenção da ruptura dos vínculos familiares, por meio do desenvolvimento das ações que possibilitem: aumento do sentimento de pertença entre os membros da família; promoção e proteção mútua entre os membros da família; redução de preconceitos, discriminações e estigmas entre os membros da família; desenvolvimento de padrões não violentos de resolução de conflitos; melhoria da convivência intergeracional; promoção e fortalecimento de redes de apoio.

c) Não há impactos sociais esperados no âmbito familiar, visto que o PAIF não é responsável direto do alcance de tais impactos.

d) Nenhuma das alternativas acima.

29-Dentre as alternativas a seguir, qual NÃO é atribuição do técnico de referência do CRAS:

a) conhecer as situações de vulnerabilidade social e de risco das famílias beneficiárias de transferência de renda (BPC, PBF e outras) e as potencialidades do território de abrangência do CRAS;

b) encaminhar usuários ao SCFV;

c) acolher os usuários e ofertar informações sobre o SUS;

d) garantir que as informações sobre a oferta do SCFV estejam sempre atualizadas no SISC e utilizá-las como subsídios para a organização e planejamento do serviço.

30- Sobre a organização da Assistência Social, analise os itens abaixo:

I. A assistência social tem por objetivos, dentre outros, a vigilância socioassistencial, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela, a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

II. II. Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas com ou sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por essa Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

III. Dentre os princípios que regem a assistência social, está o do respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

IV. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas pela Lei n° 8.742/93.

Estão CORRETAS:

a) I, II e III apenas

b) I, II e IV apenas

c) I, III, e IV apenas

d) I, II, III e IV

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA EDUCADOR SOCIAL

16-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. A NOB/SUAS (2012) estabelece que o órgão gestor da política tem como responsabilidade a elaboração do Plano de Assistência Social, cuja estrutura é composta por, entre outros:

a) diagnóstico socio territorial; II. objetivos gerais e específicos; III. diretrizes e prioridades deliberadas; IV. ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V. metas estabelecidas; VI. resultados e impactos esperados; VII. recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII. mecanismos e fontes de financiamento; IX. cobertura da rede prestadora de serviços; X. indicadores de monitoramento e avaliação; XI. espaço temporal de execução.

b) diagnóstico socioterritorial; II. objetivos gerais e específicos; III. diretrizes e prioridades deliberadas; IV. ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V. metas estabelecidas; VI. resultados e impactos esperados; VII. recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII. mecanismos e fontes de financiamento; IX. cobertura da rede prestadora de serviços; X. indicadores de monitoramento e avaliação;

c) objetivos gerais e específicos; II. diretrizes e prioridades deliberadas; III. ações e estratégias correspondentes para sua implementação; IV. metas estabelecidas; V. resultados e impactos esperados; VI. recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VII. mecanismos e fontes de financiamento; VIII. cobertura da rede prestadora de serviços; IX. indicadores de monitoramento e avaliação; X. espaço temporal de execução.

d) diagnóstico socioterritorial; II. objetivos gerais e específicos; III. diretrizes e prioridades deliberadas; IV. ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V. metas estabelecidas; VI. resultados e impactos esperados; VII. mecanismos e fontes de financiamento; VIII. cobertura da rede prestadora de serviços; IX. indicadores de monitoramento e avaliação;

17-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. As categorias de nível superior, que devem compor obrigatoriamente as equipes de referência, reconhecidas pela NOB-RH/SUAS e ratificadas pela Resolução CNAS n° 17/2011 são:

1. Proteção Social Básica: • Assistente Social • Psicólogo

2. Proteção Social Especial de Média complexidade: • Assistente Social • Psicólogo • Advogado

3. Proteção Social Especial de Alta Complexidade: • Assistente Social • Psicólogo

Assinale a alternativa correta:

a) 1, 2, 3

b) 1, 2

c) 1, 3

d) 2, 3

18-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. Os profissionais de nível superior que integram as equipes de referência e a gestão do SUAS deverão possuir:

a) Diploma de curso de graduação emitido por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC.

b) Registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver.

c) Diploma de curso de graduação emitido por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC e Registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver.

d) Diploma de curso de graduação emitido por instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação – MEC, Registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver e Pós-Graduação.

19-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. Como ocupações profissionais com ensino médio completo que desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS, reconhece:

a) Educador Social; • Orientador Social.

b) Educador Social; • Orientador Social; • Cuidador Social.

c) Orientador Social; • Cuidador Social.

d) Educador Social; • Cuidador Social.

20-De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é composto por:

a) Profissional de referência do PAIF/CRAS de nível superior e Profissionais com ensino médio completo Educador social e, ou, Orientador social.

b) Profissionais com ensino médio completo Educador social e, ou, Orientador social (Conforme Resolução CNAS n° 09/2014).

c) Profissionais do Órgão Gestor, e profissionais com ensino médio completo Educador social e, ou, Orientador social (Conforme Resolução CNAS n° 09/2014).

d) Profissional de referência do PAIF/CRAS de nível superior e Profissionais com ensino médio completo Educador social e, ou, Orientador social e Cuidador social.

21-No caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF – O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol. 1., cita que segundo a Tipificação, o PAIF visa atender, em especial:

a) Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais; Famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivem em situações de vulnerabilidade e risco social. Especificando: Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais.

b) Famílias beneficiárias do programa Bolsa Família; Famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de pobreza em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; Famílias com pessoas que recebem BPC. Especificando: Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais.

c) Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais; Famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas somente as que foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivem em situações de vulnerabilidade e risco social. Especificando: Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais.

d) Famílias beneficiárias do programa social Bolsa Família; Famílias que atendem os critérios dos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, mas que ainda não foram contempladas; Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; Famílias com pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivem em situações de vulnerabilidade e risco social. Especificando: Famílias beneficiárias de programa de transferência de renda e dos benefícios assistenciais.

22- Leia as afirmativas sobre as funções do educador social, previstas na resolução CNAS n° 9, 15/04/2014, e coloque V para verdadeira e F para falsa:

() Apoiar na identificação e registro das necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações, se constitui como uma das funções do educador social.

() É uma das funções do educador social apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar.

() O educador social não deve apoiar a articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas.

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA:

a) V, V, V.

b) V, V, F.

c) F, V, F.

d) F, F, F.

23-Sobre o CRAS é CORRETO afirmar que:

a) é uma unidade de proteção social básica do SUAS.

b) tem por objetivo combater a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios.

c) sua implantação é uma estratégia de centralização e hierarquização de serviços de assistência social.

d) significa o centro de referência da assistência da sociedade

24-A tipificação nacional de serviços socioassistenciais está organizada nos seguintes níveis de complexidade do SUAS:

a) Proteção social básica e proteção social de alta complexidade.

b) Proteção social básica e proteção social especial de média complexidade.

c) Proteção social especial de média e alta complexidade.

d) Proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

25- Segundo a PNAS/2004, o público usuário da política de assistência social é constituído por:

a) cidadãos e grupos em vantagem pessoal resultante de deficiências.

b) cidadãos e grupos que se encontram em boa situação socioeconômica.

c) cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos.

d) cidadãos e grupos sem identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual.

26- Na NOB-RH/SUAS estão previstos, EXCETO:

a) Diretrizes nacionais para os planos de carreira, cargos e salários – PCCS.

b) Princípios éticos para os trabalhadores da assistência social.

c) Equipes de referência.

d) Princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUS.

27- De acordo com a legislação, o que é o benefício de prestação continuada?

a) É o pagamento de um apoio financeiro, equivalente à meio salário mínimo mensal, à família da pessoa em situação de restrição de liberdade, que seja arrimo de família, pelo tempo que durar a pena.

b) É a contrapartida pela realização de atividade comunitária assistencial realizada por pessoas em situação de reclusão, e pode se efetivar mediante pagamento financeiro à família ou redução proporcional da pena.

c) É a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

d) É a possibilidade de divisão em frações menores de pena alternativa de restrição de direitos, podendo a pessoa cumprir a pena em formatos diferenciados e em tempo alargado.

28- Analise as proposições em relação ao CRAS e coloque V para verdadeira e F para falsa:

() O CRAS é o Centro de Referência da Assistência Social que oferece os serviços de proteção social básica do SUAS, buscando prevenir a ocorrência de situações de risco, antes que estas aconteçam.

() O CRAS é o Centro de Referência do Assistencialismo Social que atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário.

() O CRAS é o Centro de Referência da Assistência Social que oferta ações da proteção social especial, atuando com pessoas que tiveram seus direitos violados.

Marque a alternativa que contém a resposta CORRETA:

a) F, F, V.

b) V, F, F.

c) V, V, V.

d) F, V, V.

29- Segundo a Resolução CNAS n° 01, de 21/02/2013, considera-se em situação prioritária para inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), as crianças, adolescentes e pessoas idosas:

a) em situação de trabalho infantil e de rua.

b) vítimas de violência e/ou negligência e com direitos respeitados.

c) assíduas na escola ou com avanço escolar superior a 2 (dois) anos.

d) em situação de abuso e/ou exploração sexual pertencentes à classe média.

30- O Caderno de Orientações- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.Artefunda necessária na Proteção Social Básica, usa 3 termos que definem o PAIF:

a) "prevenir", "promover" e "favorecer"

b) "fortalecer", "prevenir" e "prometer"

c) "fortalecer", "prevenir" e "promover"

d) "promover", "persistir" e "promover"

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA ENTREVISTADOR SOCIAL

16-O programa Bolsa Família tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, do Programa Auxílio-Gás e do Cadastro Único do Governo Federal. Qual o número da Lei regulamenta sua criação?

a) Lei n° 10.689, de 13 de junho de 2003

b) Lei n° 10.219, de 11 de abril de 2001

c) Lei n° 10.836, de 9 janeiro de 2004.

d) Lei n°8.666, de 21 de junho de 1993.

17-É dever do entrevistador do CADÚNICO coletar os dados com a máxima precisão, portanto, todas as informações deverão ser copiadas de outros documentos. Qual(is) documento(s) é (são) obrigatório(s) para ser apresentado(s) pelo Responsável pela Unidade Familiar ao entrevistador para inclusão dos componentes da família?

a) A Carteira de Identidade e o Título de Eleitor.

b) O CPF e o Título de Eleitor.

c) O Registro de Nascimento e o CPF.

d) O CPF ou Título de Eleitor.

18- De acordo com o art. 3º da Lei n° 10.836, de 2004, art. 28 do Decreto n° 5.209, de 2004, arts. 13 e 14 da Portaria MDS n° 666, de 2005, são condicionaisidades do Programa Bolsa Família na educação:

a) para as crianças ou adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos de idade, a matrícula e a frequência mínima de 80% (oitenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal, e para os adolescentes de 16 (dezesseis) e 17 (dezesseite) anos de idade, cujas famílias recebam o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente - BVJ, a matrícula e a frequência mínima de 70% (setenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal.

b) para as crianças ou adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos de idade, a matrícula e a frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal, e para os adolescentes de 16 (dezesseis) e 17 (dezesseite) anos de idade, cujas famílias recebam o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente - BVJ, a matrícula e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal.

c) para as crianças ou adolescentes de 7 (sete) a 15 (quinze) anos de idade, a matrícula e a frequência mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal, e para os adolescentes de 16 (dezesseis) e 17 (dezesseite) anos de idade, cujas famílias recebam o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente - BVJ, a matrícula e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal.

d) para as crianças ou adolescentes de 6 (seis) a 15 (quinze) anos de idade, a matrícula e a frequência mínima de 75% (oitenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal, e para os adolescentes de 16 (dezesseis) e 17 (dezesseite) anos de idade, cujas famílias recebam o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente - BVJ, a matrícula e a frequência mínima de 85% (setenta e cinco por cento) da carga horária escolar mensal.

19- Atualmente o Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até:

a) R\$ 177,00 (cento e setenta e sete reais) e R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente.

b) R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), respectivamente.

c) R\$ 169,00 (cento e sessenta e nove reais) e R\$ 89,00 (oitenta e nove reais), respectivamente.

d) R\$ 178,00 (cento e setenta e oito reais) e R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente.

20- O cadastro único para programas sociais do Governo Federal é um instrumento de coleta e gestão de dados, que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. O processo de seleção acontece mediante:

A) indicação do Prefeito.

B) indicação da Secretaria de Assistência Social.

c) processo automatizado.

d) indicação da Secretaria de Saúde.

21- O entrevistador no CADÚNICO é o profissional responsável pela coleta de dados da família, por meio da realização de uma entrevista e preenchimento dos formulários do Cadastro Único. A coleta de dados é realizada quando a família está sendo entrevistada pela primeira vez, igualmente à atualização de uma família já cadastrada. Todavia, alguns conceitos referentes ao CADÚNICO abordados na entrevista precisam ser conhecidos pelo entrevistador, dentre os quais:

A. A família é a unidade nuclear formada por uma ou mais pessoas, geralmente ampliadas por outras que contribuem na renda ou tenham despesas atendidas por elas, sendo todos moradores do mesmo domicílio.

B. A família é a unidade nuclear composta exclusivamente por uma ou mais pessoas unidas por laços consanguíneos.

C. O Responsável pela Unidade Familiar é o componente da família e morador do domicílio, com idade superior a 16 anos, preferencialmente mulher.

D. Morador é a pessoa que reside naquele domicílio na data da entrevista e tem essa residência como o local habitual, podendo estar internado em hospital, casa de saúde, asilo ou outro local similar por menos de 12 meses.

Estão CORRETOS:

a) A, C e E.

b) A, D e E.

c) B, C e D.

d) A, C e D.

22- A apresentação de pelo menos um documento ao entrevistador é uma exigência do Cadastro Único, porém ele tem o compromisso de registrar os dados de todos os documentos apresentados, pois quanto mais completa a identificação das pessoas registradas no Cadastro Único mais aumentam as possibilidades de implementação de ações específicas para a melhoria da qualidade de vida das famílias e pessoas nele inseridas. Sobre a obrigatoriedade de apresentação de documentação que não é pré-requisito para que a entrevista seja realizada, identifique os itens certos (C) e errados (E):

() A falta de documentação não impede que a pessoa ou as pessoas tenham seus dados coletados pelo entrevistador.

() O entrevistador não deve coletar os dados das pessoas moradores do domicílio sem documentação.

() A entrevista deve ser realizada com os membros da família sem documentação oficial.

() Os dados do cadastrado de quem está sem documentação devem ser coletados pelo entrevistador e os campos referentes aos documentos ficarão em branco.

Assinale a ordem CORRETA:

a) C, C, E e C.

b) C, E, C e C.

c) E, C, E e C.

d) C, E, C e E.

23- O entrevistador deverá informar ao beneficiário que as informações devem ser atualizadas a cada momento em que houver alguma mudança nas informações prestadas inicialmente, além de informar a cada:

a) 3 anos.

b) 2 anos.

c) 4 anos.

d) 1 ano.

24- Assinale a alternativa incorreta. Ao encerrar a entrevista, você deve informar ao entrevistado que:

a) É necessário atualizar as informações prestadas sempre que houver alterações nos dados da família, tais como mudança de endereço, de renda, da composição da família, entre outros, no prazo máximo de 24 meses contados da data da entrevista ou da última atualização;

b) A inscrição no Cadastro Único garante a inclusão automática da família em qualquer dos programas sociais que fazem uso de suas informações;

c) Caso seja necessário completar algumas informações, a família deve ser orientada a retornar ao local responsável pelo cadastramento para continuar a entrevista;

d) A família pode contatar o gestor do Cadastro Único no município, caso tenha mais perguntas ou queira saber sobre a situação do seu cadastro. Para facilitar esse contato, informe que o telefone do órgão responsável estará no comprovante de prestação de informações.

25- E o Número de Identificação Social, gerado individualmente pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) após processamento das informações enviadas pelo município. Este número identifica as pessoas cadastradas na base de informações sociais do Governo Federal. É pessoal, único e intransferível:

a) RG;

b) CPF

c) BND;

d) NIS.

26- De acordo com a Portaria 177, de 16 de junho de 2011, é considerado cadastro válido:

a) cadastro válido: aquele que atende integralmente aos requisitos de validação, fixados conforme a versão do Sistema de Cadastro Único em utilização no município e Distrito Federal;

b) cadastro válido: o registro familiar que, no prazo máximo de dois anos contados da data de sua inclusão ou última atualização no CadÚnico, foi objeto de alteração de informações específicas;

c) cadastro válido: o registro familiar que, no prazo máximo de dois anos contados da data de sua inclusão ou última atualização no CadÚnico, foi objeto de confirmação de que as informações específicas de todas as pessoas da família mantiveram-se inalteradas.

d) cadastro válido: o registro familiar que, no prazo máximo de um ano contado da data de sua inclusão ou última atualização no CadÚnico, foi objeto de confirmação de que as informações específicas de todas as pessoas da família mantiveram-se inalteradas.

27-A coleta de dados poderá ser realizada por meio de quaisquer dos seguintes canais:

I – prioritariamente, por meio de visita domiciliar às famílias, a fim de garantir o cadastramento da população com dificuldade de acesso às informações ou de locomoção aos postos fixos ou itinerantes de coleta de dados;

II – em postos de coleta móveis, situados preferencialmente nas áreas de concentração residencial das famílias de baixa renda, dotados de infraestrutura apropriada ao atendimento dessa população, incluindo a adequação ao atendimento preferencial a gestantes, idosos e pessoas com deficiência;

III – em postos de coleta itinerantes, para atendimento de demandas pontuais ou de famílias domiciliadas em áreas distantes ou de difícil acesso, os quais também devem ser dotados de infraestrutura mínima para o atendimento preferencial a gestantes, idosos e pessoas com deficiência.

Estão corretas:

a) Apenas III

b) I e II

c) I e III

d) Todas

28- A inclusão dos dados cadastrais na base nacional do CadÚnico será realizada mediante as seguintes atividades:

I – digitação/datilografia dos dados informados pela família no Sistema do Cadastro Único;

II – atribuição do Código Familiar ou Código Domiciliar, conforme a versão do Sistema de Cadastro Único em utilização no município e no Distrito Federal;